

MAPAS QUE DIVIDIRAM O MUNDO: O TRATADO DE TORDESILHAS NA CARTOGRAFIA DA PRIMEIRA MODERNIDADE (1494-1580)

Kelvin Mateus Alves¹

RESUMO

O Tratado de Tordesilhas (1494), firmado entre Portugal e Espanha, estabeleceu uma linha de demarcação que dividiu o mundo recém-descoberto entre as duas Coroas ibéricas. O objetivo deste trabalho é analisar as representações cartográficas desse Tratado nos mapas europeus do século XVI, destacando como a cartografia foi utilizada como instrumento de poder e negociação no contexto da expansão marítima. O recorte temporal abrange desde a assinatura do Tratado, até 1580, ano da união das Coroas ibéricas. A pesquisa baseia-se na análise de 137 mapas provenientes de acervos digitais, selecionados conforme o recorte temporal e espacial do artigo. Esses mapas foram categorizados em dois grupos: os que representam explicitamente a linha de demarcação e os que utilizam brasões e bandeiras para indicar domínios territoriais. A análise é fundamentada em aportes teóricos da cartografia histórica, com destaque para os estudos de John Brian Harley e David Woodward. Os resultados demonstram que as representações da linha de Tordesilhas variaram conforme o contexto de produção e os interesses políticos das Coroas envolvidas, evidenciando a cartografia não apenas como um registro técnico, mas como um discurso político e diplomático. Os mapas não se limitavam a refletir disputas territoriais; pelo contrário, construíram narrativas de poder e de legitimação do domínio europeu sobre o Novo Mundo.

Palavras-chave: Tratado de Tordesilhas; cartografia histórica; fronteiras coloniais; mapas da América meridional; expansão marítima.

RESUMEN

El Tratado de Tordesillas (1494), firmado entre Portugal y España, estableció una línea de demarcación que dividió el mundo recién descubierto entre las dos Coronas ibéricas. El objetivo de este trabajo es analizar las representaciones cartográficas de dicho Tratado en los mapas europeos del siglo XVI, destacando cómo la cartografía fue utilizada como instrumento de poder y negociación en el contexto de la expansión marítima. El recorte temporal abarca desde la firma del Tratado hasta 1580, año de la unión de las Coronas ibéricas. La investigación se basa en el análisis de 137 mapas provenientes de archivos digitales, seleccionados según los criterios temporales y espaciales del artículo. Estos mapas fueron categorizados en dos grupos: aquellos que representan explícitamente la línea de demarcación y los que utilizan escudos y

¹ Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em História, orientado pelo professor doutor Tiago Bonato.

banderas para indicar dominios territoriales. El análisis se fundamenta en los aportes teóricos de la cartografía histórica, con especial énfasis en los estudios de John Brian Harley y David Woodward. Los resultados demuestran que las representaciones de la línea de Tordesillas variaron según el contexto de producción y los intereses políticos de las Coronas involucradas, evidenciando la cartografía no solo como un registro técnico, sino como un discurso político y diplomático. Los mapas no se limitaban a reflejar disputas territoriales; por el contrario, construían narrativas de poder y legitimación del dominio europeo sobre el Nuevo Mundo.

Palabras clave: Tratado de Tordesillas; cartografía histórica; fronteras coloniales; mapas de América meridional; expansión marítima.

*Naquele império, a Arte da Cartografia
alcançou tal perfeição que o mapa de uma
única Província ocupava uma cidade inteira, e
o mapa do Império uma Província inteira.
Com o tempo, estes Mapas Desmedidos não
bastaram e os Colégios de Cartógrafos
levantaram um Mapa do Império que tinha o
Tamanho do Império e coincidia com ele ponto
por ponto
(Borges, 1982)*

Ao longo dos séculos, a cartografia desempenhou um papel importante no imaginário dos sujeitos, dando forma para aquilo que é desconhecido. Esse árduo trabalho carrega consigo um peso: o poder de escolha sobre aquilo que será representado no rabisco da pena, ou da impressão, e aquilo que não será. Há uma interpretação que acredita que o mapa seja a expressão fiel do espaço. Para isso a cartografia teria que produzir um mapa tal qual o presente na anedota de Borges, de escala 1:1, onde cada risco feito no papel corresponde exatamente à realidade. Logo, esse mapa utópico seria inviável. A escala, mais do que uma simples operação matemática, é uma seleção ativa das linguagens verbais e não verbais que serão representadas.

Tradicionalmente o mapa é visto como um *vis-à-vis* da realidade, naturalizados como enunciados geográficos, produzidos por tecnologias neutras que buscam a verdade (Edney, 2016, p. 212). Esta perspectiva é decorrente de uma filosofia empirista, segundo a qual a cartografia enquanto ciência tem como objetivo conhecer a gramática e a sintaxe dessa

comunicação entre o cartógrafo e o usuário (Díaz, 2009, p. 185), ou seja, o desenvolvimento da ciência cartográfica estaria no aprimoramento desse enunciado neutro ao leitor. Com uma crítica sobre os objetivos e métodos empregados, assim como a articulação com outras disciplinas, uma renovação na cartografia na década de 1980 passou a proporcionar reflexões epistemológicas, centradas nas figuras de John Brian Harley e David Woodward.

Essa nova abordagem tem como objetivo romper com a naturalização dos mapas, vendo-os como o que são: o resultado de uma prática cultural. Harley em seus estudos, buscou observar como o poder operava através dos simbolismos e representações presentes no discurso cartográfico. Para isso, debruçou-se sobre os trabalhos de autores como Michel Foucault, Jacques Derrida, Erwin Panofsky e Roland Barthes, os quais proporcionaram argumentos para interpretar os símbolos presentes nos mapas como discursos de poder, indo contra a ideia empirista com suas oposições entre real e falso, interpretando os mapas como produtos culturais. Seguindo caminhos abertos por Harley, vários outros historiadores passaram a propor reflexões acerca dos mapas enquanto fonte histórica, e atualmente sabemos que: I) o mapa é inexato por natureza; II) o mapa é um instrumento de poder; III) o mapa é um dispositivo retórico (Besse, 2008, p. 1). Assim, o objetivo do mapa é alcançado não a partir da sua fiel descrição da realidade, o que Borges já mostrou ser utópico, mas sim ao alcançar as intencionalidades do cartógrafo.

Os mapas também configuram espaços de disputas. Um exemplo nesse sentido é o uso da cartografia pelas Coroas europeias para explorar, delimitar e legitimar seus domínios no recém descoberto Novo Mundo. Esse trabalho tem como objetivo compreender as representações cartográficas do Tratado de Tordesilhas (1494) na cartografia europeia do século XVI. O Tratado foi um acordo firmado entre lusos e castelhanos sobre os limites das posses de cada Coroa sobre as terras descobertas, em 1492, e das que seriam descobertas posteriormente. Foram selecionados mapas produzidos desde 1494 - ano da assinatura do Tratado, até 1580, momento da união das Coroas ibéricas. Busca-se evidenciar como diferentes Coroas europeias utilizaram-se da cartografia não apenas para a discussão geográfica, mas também como instrumento de poder e negociação, reflexo do uso da ciência nesse período.

O texto está organizado em quatro momentos: primeiro, discute-se a expansão ibérica na Primeira Modernidade; segundo, as transformações da ciência neste período, destacando as relações entre cosmógrafos e pilotos, e o uso dessa ciência pelos impérios europeus na disputa de seus domínios ultramar; terceiro, aborda-se a assinatura do Tratado e

seus desdobramentos. Por fim, são apresentados, discutidos e analisados os mapas selecionados.

Das colunas de Hércules ao *Plus Ultra*: ressignificação do espaço e expansionismo ibérico

O mapeamento do espaço era uma temática familiar aos europeus do início da época moderna. Entre os esquemas de representação desse período, destaca-se os clássicos mapas T-O². George Kimble (2013) considera que estes apresentam um forte caráter artístico e anunciam imaginários comuns à época. O mapa de Hereford Cathedral (Figura 1 A) integra a estrutura T-O, mas a expande com iconografia geográfica, histórica e religiosa, refletindo uma visão de mundo medieval mais complexa. Assim, expressando os limites do *oikoumene*³, o mapa reúne representações da cosmografia cristã, mitologias pagãs, interligando imagens e simbolismos (Padrón, 2014, p. 33). Representadas envoltas de um grande mar, as terras habitadas tem no acidente geográfico - hoje conhecido como estreito de Gibraltar - a representação da fronteira entre o mundo habitado e o desconhecido. Dentro da mitologia grega, Hércules no décimo de seus doze trabalhos abriu um estreito que ligava o mar Mediterrâneo ao grande Oceano. Nos rochedos resultantes de cada lado, localizou suas Colunas como marco da *finis terrae* e sobre elas colocou um aviso: *Non terrae Plus Ultra*⁴. A representação desses pilares pode ser observada na parte inferior ao centro do mapa (Figura 1 B).

² Os mapas T-O representam o que se era conhecido do mundo até o momento, dividido em três principais partes - Europa, Ásia e África. O “T” representa os rios que dividem os continentes conhecidos, a Ásia na metade superior separada da África pelo rio Nilo e da Europa pelo rio Tanis, ou Don, e ao meio o Mediterrâneo separava Europa e África. O “O” representando o mar Oceano que circundava toda massa de terra habitada.

³ O *oikoumene* refere-se à parte habitável ou habitada da Terra. Na Idade Média, muitas teorias buscaram conciliar as Escrituras Sagradas com o conhecimento clássico sobre a geografia terrestre. Destacam-se duas: a teoria desenvolvida por Crates de Malo (século II a.C.) e posteriormente por Macróbio (século V), que postulava que a Terra era uma esfera predominantemente coberta por água, contendo quatro massas de terra isoladas entre si. No contexto cristão, essa visão foi reinterpretada para afirmar que apenas uma dessas terras era habitada, em conformidade com a origem única da humanidade descrita na Bíblia. Outra teoria, de origem aristotélica, sugeria que o cosmos era composto por esferas concêntricas dos quatro elementos, com a Terra no centro, circundada pela água, pelo ar e pelo fogo. Enquanto a tradição cristã atribuía a formação das terras secas à criação divina (Bonato, 2019, p. 4-25).

⁴ Em tradução livre, a expressão em latim significa “Não há terras mais além”.



Figura 1. (A) Mappamundi (1290) em exposição na Hereford Cathedral, Inglaterra. A Ásia localizada na parte superior do mapa, Europa no canto inferior esquerdo, e África no canto inferior direito. Fora do Mar Oceano, que circunda a terra, encontra-se a figura de Deus; (B) Destaque das Colunas de Hércules no Mappamundi (1290) em exposição na Hereford Cathedral, Inglaterra. Acervo: Hereford Cathedral.

Mesmo sob avisos mitológicos, o tempestuoso mar Oceano foi palco da aventura de muitos navegantes desde a Antiguidade. No entanto, foi somente no século XV que grandes transformações ocorreram⁵. Comandados pelo infante D. Henrique (1394-1460) - filho do rei Dom João I (1357-1433) - os portugueses lançaram-se a esse vasto espaço a partir de 1415. Em um contexto de confronto contra a presença islâmica, desembarcaram em Ceuta, do outro lado do estreito. Um dos fatores ideológicos que levaram a essa empresa foi o ímpeto das cruzadas de reconquista da península ibérica. Indo além, esse conflito não se limitou à dualidade entre cristãos e muçulmanos, mas configurou um conflito entre duas potências políticas, culturais e econômicas, que tinham na religião seu arquétipo (Thomaz, 1994, p. 11).

Dentre as interpretações do expansionismo português, Felipe Thomaz (1994, p. 24) aponta para os interesses comerciais. Segundo essa interpretação, o acesso a Ceuta seria proveitoso para o crescimento econômico e demográfico europeu, que, desde a Baixa Idade Média⁶, buscou expandir-se. Sob essa ótica, haveria também um interesse pelo ouro, já que Ceuta exercia papel no comércio de ouro transaariano, sendo um de seus portos finais. Contudo, com o conhecimento português sobre o ouro incerto até o momento da conquista da

⁵ Boxer (2002) apresenta indícios da presença européia nas Américas desde muito tempo, com as viagens vikings para a América do Norte, possíveis populações asiáticas arrastadas pelo mar pelo acaso até a costa americana, até falhos projetos de exploração do Atlântico. Mas mesmo diante dessas evidências, a América resguardava seu isolamento até o final do século XV.

⁶ Luís Thomaz (1994, p.18) aponta a revolução comercial como o processo de crescimento econômico interno na Europa que gera a produção de um excedente. O acúmulo de capital em um contexto anterior à revolução industrial tem seus lucros investidos no próprio mercado e o mercado estando saturado, busca expandir-se geograficamente.

cidade, a interpretação de que a burguesia, por motivações econômicas, pressionou a corte a possuir Ceuta apresenta fragilidades (Boxer, 2002, p. 42).

Na interpretação política da gênese da expansão, Alencastro (1998, p. 2) sugeriu um expansionismo *preemptivo* português, que adotou essa postura na busca por territórios ultramarinos que potencialmente pudessem ser ocupados por Castela. Isso resultou em tratados e descobertas que desencadearam uma série de eventos marcantes para a expansão portuguesa.

Entre os anos de 1418 e 1427, os portugueses chegaram às ilhas da Madeira e dos Açores, que desempenharam papel importante nos anos seguintes, com o desenvolvimento de conexões marítimas e comerciais. Neste contexto, as colunas de Hércules mudaram abstratamente sua posição para o sul do paralelo 27 do hemisfério Norte, no cabo Bojador. Após cerca de doze anos, em 1434, portugueses adentraram uma região que acreditou-se ser inavegável e inabitável⁷ (Thomaz, 1994, p. 30). Ultrapassada a barreira geográfica, o caminho ao sul a partir desse momento tornou-se mais rápido. Em 1444, Cabo Verde foi avistado e, no ano seguinte, Senegal. Nesse contexto, iniciou-se o comércio de escravizados na região, que em pouco tempo, se intensificou significativamente. Nesta década, as incursões agressivas foram gradativamente sendo substituídas por trocas e negociações pacíficas, dando início ao comércio mercantil que estabeleceu no ano de 1461 um entreposto comercial em Arguim. Neste meio tempo, a tomada de Constantinopla pelos mouros, em 1453, fez com que a busca de novas rotas comerciais para o Oriente ao sul do Atlântico se tornasse urgente. Ainda antes da morte de D. Henrique, em 1460, os portugueses chegaram à Serra Leoa. Desta forma, a expansão marítima portuguesa caminhou com o “enxerto comercial”, entretanto preservou elementos e ideias da mentalidade cristã medieval cruzadística. Assim, a figura do “cavaleiro-mercador” reflete essa fusão (Thomaz, 1994, p. 35).

O caminho para o Oriente foi traçado com a época de D. João II (1455-1495), quando ele uniu o desejo de encontrar Preste João⁸ com a busca das Índias e suas especiarias (Boxer, 2002, p. 54). Isso resultou na viagem de Diogo Cão (1452-c.1486), que chegou ao Congo entre 1482 e 1486, e na viagem de Bartolomeu Dias (1450-1500), entre 1488-1489,

⁷ Além dos mapas T-O, havia um esquema cartográfico fundamentado na teoria de Parmênides (séc. V a.C.), que dividia o mundo em zonas climáticas (fria, tórrida e temperada). Nesse modelo, a região sul do Bojador correspondia à zona tórrida, considerada inabitável por conta do calor hostil.

⁸ Preste João foi uma figura mítica medieval, descrita como um rei-sacerdote cristão que governaria um reino riquíssimo e poderoso situado inicialmente na Ásia e, posteriormente, na África Oriental. A lenda surgiu no século XII e esteve associada à ideia de uma aliança cristã contra o avanço islâmico. Relatos sobre Preste João foram impulsionados por uma carta apócrifa atribuída a ele e circularam amplamente na Europa, influenciando explorações portuguesas no século XV, na busca por seu reino. (Boxer, 2002)

que contornou o Cabo da Boa Esperança, abrindo caminho para Vasco da Gama (1469-1524) completar a rota, contornar a África e chegar às Índias em 1498.

Entretanto, atenta às explorações portuguesas, Castela direcionou suas navegações para o oeste. A seu serviço, Cristóvão Colombo (1451-1506) chegou, em 1492, no que acreditava serem as Índias - as Antilhas. Em 1500, foram os portugueses que avançaram para o oeste na busca pelas Índias, e Pedro Álvares Cabral (1467-1520) chegou à costa do que hoje é o Brasil. Apesar dessas expedições, o interesse pelo Oriente continuava a influenciar as travessias atlânticas, e a busca por um percurso marítimo pelo novo continente ganhou impulso no século XVI. Em decorrência desse objetivo, o espanhol João Dias de Solis (1470-1516) chegou, em 1515, no estuário do rio da Prata e Fernando de Magalhães (1480-1521), em 1520, alcançou as Molucas.

Com dois estreitos que conectam o mundo - o de Magalhães a oeste e o do Cabo da Boa Esperança a leste - as colunas, agora expressivamente ultrapassadas, tiveram seu lema *Non terrae Plus Ultra* ressignificado, tornando-se símbolo da Coroa espanhola na cartografia, como ilustrado no mapa editado por Joan Bellerio presente na *Parte primera de la Chronica del Peru* de Pedro de Cieza de León (1520-1554) (Figura 2 A). O *Plus Ultra*, adotado durante o reinado de Felipe II, passou a representar a expansão e o domínio do império espanhol sobre os novos territórios (Figura 2 B).

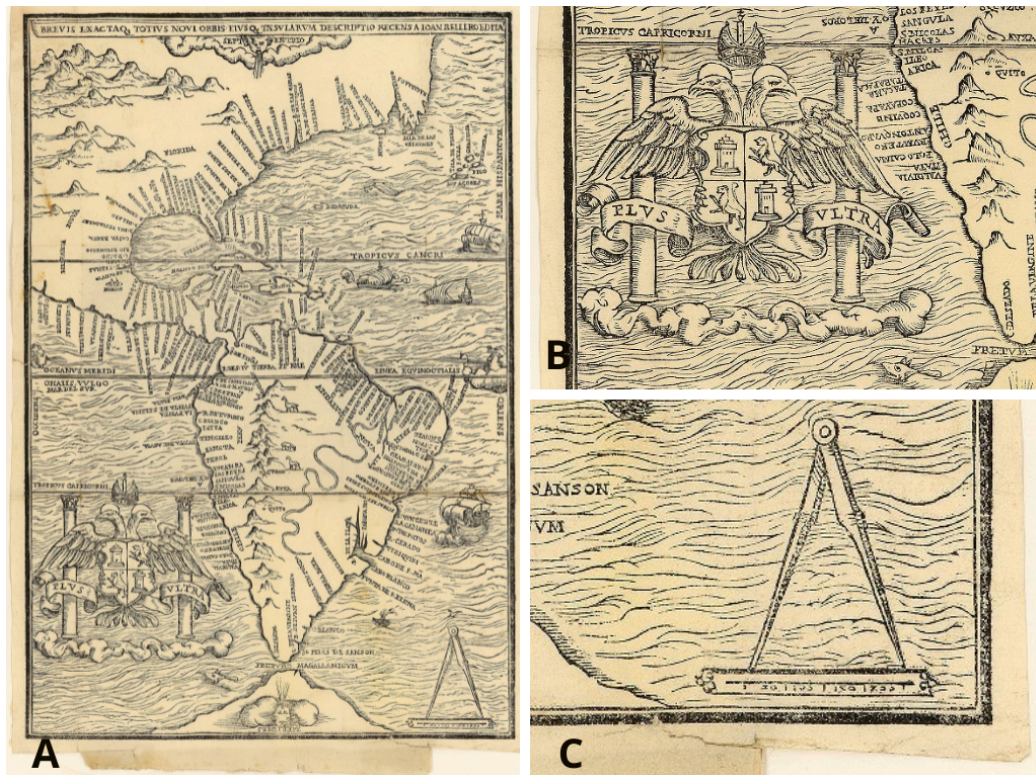


Figura 2. (A) Mapa *Brevis exactaque totius Novi Orbis eiusque insularum descriptio recens a Joan. Bellerio* (1554) representando a América meridional. (B) À esquerda, as Colunas de Hércules envoltas pelo brasão espanhol, acompanhadas da inscrição *Plus Ultra*. (C) Na parte inferior direita, a representação de um compasso. Acervo: John Carter Brown Library.

Geografia, experiência e instrumentalização

Para que todas essas viagens fossem possíveis, diversas áreas passaram por significativas transformações. Um exemplo dessas mudanças pode ser observado no compasso posicionado no lado direito do mapa de Pedro de León (Figura 2 C), que simboliza o avanço da ciência geográfica. De acordo com Vogel (2006, p. 470-473), a geografia desse período foi influenciada pelo pensamento aristotélico e era composta por três áreas distintas do conhecimento: I) a representação cartográfica do *oikoumene*; II) a geografia descritiva e a literatura de viagem; III) os comentários filosóficos naturais sobre a cosmografia esférica.

No entanto, essas áreas estavam em grande parte desarticuladas. Durante esse período, a relação entre geografia e cosmografia era ambígua, os termos foram usados de forma intercambiável e sua conexão era incerta. Essa desarticulação entre as áreas de conhecimento geográfico passou por transformações com a recuperação de textos clássicos sobre a geografia. A *Geographia* de Cláudio Ptolomeu (c. 90-168 d.C.)⁹, foi o principal texto a ser recuperado. Dividido em oito livros, Ptolomeu sistematizou o mundo através de um sistema de coordenadas. Sua obra tornou-se um manual de representação do Novo Mundo no plano cartográfico (Portuondo, 2006, p. 23).

De forma complementar, seu método solucionou um dos principais desafios da navegação em alto mar: localizar nos mapas a posição das embarcações. As carta-portulanos¹⁰ localizavam a posição dos barcos no mar usando *dead reckoning*¹¹. Entretanto, ao utilizar a posição dos astros para fixar localizações geográficas na terra, Ptolomeu colocou a geografia em um arquétipo matemático e - como ele a viu - mais precisa e objetiva (Portuondo, 2006, p. 24).

⁹ Ainda que sua obra tenha uma tradução ao árabe desde o século IX, chega ao mundo europeu pela primeira vez, em 1406, com a tradução ao latim feita pelo humanista florentino Jacobus Angelus.

¹⁰ O portulano é um esquema de mapa medieval - dentre outros do mesmo período que já foram citados - que tinham fins práticos de navegação, derivados da navegação no mediterrâneo, são caracterizados pelos topónimos e pontos de referência para navegação ao longo da costa, juntamente com as rosa dos ventos e suas linhas de rumo. (Martín-Merás, 1992, p. 25-28).

¹¹ *Dead reckoning* é uma expressão em inglês que descreve uma maneira de calcular a posição de um navio ou aeronave usando apenas informações sobre a direção e a distância percorrida de um ponto conhecido. Cambridge University Press. *Dead reckoning*. In: _____. Cambridge Dictionary. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/dead-reckoning>. Acesso em: 5 fev. 2025.

Em sua obra, Ptolomeu, classificou a geografia como sendo:

Uma imitação gráfica da parte conhecida da terra, considerada globalmente, nos seus traços mais gerais; [...] se os matemáticos se permitem explicar à inteligência humana o próprio céu, tal qual ele é ao natural, porque pode-se vê-lo girar em tomo de nós, para a terra, ao contrário, é-se obrigado a recorrer à representação pictórica (Ptolomeu, 1998, p. 305-308).

Além dos textos, outro aspecto fundamental para a transformação da geografia foram as experiências marítimas, que exigiram uma reformulação na forma como os europeus compreendiam o mundo. Como aponta Almeida (2000, p. 10)

A descoberta de novas terras implicou um esforço desmedido de compreensão fenomenológica, e a reorganização do espaço geográfico exigiu profundas mudanças nas estruturas mentais dos europeus.

Além das mudanças cognitivas decorrentes do encontro com novas populações, a ampliação do espaço geográfico conhecido gerou transformações na representação cartográfica e nas práticas de navegação. Um dos fatores para essa transformação foi a instrumentalização¹² dessa atividade. Alonso de Chaves (c. 1495 – 1587), cosmógrafo e *piloto mayor*, por volta de 1547 escreveu a obra *Quatri partitu en cosmographia pratica y por otro nombre llamado espejo de navegantes* na qual descreveu a importância desses artefatos:

Pareciome ser necesario tratar y declarar los dichos instrumentos, antes de todas las cosas, en el principio de la obra, como quiera que toda ella estriba y se funda en ellos. Sin la inteligencia de los cuales sería imposible, o al menos con gran dificultad, poder entender ni usar todo lo que adelante, en el discurso de la dicha obra, sea de tratar (Chaves, 1537, p. 15).¹³

Assim como os instrumentos, o desenvolvimento das embarcações foi essencial. As inovações nesse campo advieram de arquétipos e organizações passadas. Umberto Eco (2016, p. 17-18), na introdução de seu livro *La Edad Media I: Bárbaros, Cristianos y musulmanes* ao afirmar que *Los siglos medievales no son una edad oscura (Dark Ages)* menciona dois elementos da navegação que - dentre outros fatores - possibilitou que Colombo chegasse à América: a invenção do “*timón de codaste*”; e o aprimoramento da vela triangular - ou “latina”. Esses avanços proporcionaram o desenvolvimento, desde as barcas nórdicas, ao *barinel*, às naus, às caravelas e aos *galeones*.

¹² Os instrumentos necessários para o navegar - que muitos tinham herança de saberes árabes - são: “el astrolabio, la ballestilla, la brújula o aguja de marear, los relojes y distintos dispositivos para medir el tiempo, la sonda, la carta de marear y las tablas astronómicas o regimientos de navegación.” (Olarde, 2013, p. 11).

¹³ Foram atualizadas, quando necessário, a ortografia e a pontuação dos textos e documentos das fontes utilizadas para melhor compreensão, sem alteração da sintaxe.

O desenvolvimento de instituições científicas foi outro aspecto das navegações. As duas principais, de Espanha e Portugal, respectivamente, foram a *Casa de la Contratación de Sevilla* e a Casa da Índia. A primeira, criada por um decreto expedido pela ordem real em 1503, teve o dever de administrar as atividades que ocorriam no espaço ultramarino a longa distância e lidar com atribuições de caráter científico. José Maria García Redondo (2023, p. 60-61) descreveu que essa instituição criou o posto de *piloto mayor*, em 1508, “quien debía validar los instrumentos y cartas de navegar que estaban obligados a emplear los pilotos de la Carrera de Indias”; e diante das intempéries do navegar, a elaboração do *Padrón Real* - um registro cartográfico e textual com as rotas e acidentes geográficos que eram necessárias para a navegação.

Além disso, com a institucionalização dos saberes, textos foram dedicados ao ensino da geografia, especialmente por meio da navegação e dos instrumentos necessários. A obra de Alonso de Chaves, já referida, foi decorrente dessas instituições e ao instruir a construção da carta de *marear*, exemplificou a popularidade da obra de Ptolomeu. Após instruir “*la forma y manera que se tiene en el lineamiento y traza y graduación de la carta de marear, muy necesario en la navegación*”, passa-se a “*tratar brevemente de la forma o manera que se debe tener en el describir y situar de la tierra*”. Assim, a descrição da terra poderia ser feita “*por pintura, teniendo otra carta donde se pueda sacar*”, “*sea escritura, así como Ptolomeo*”, ou de “*que lo trate o relación de vista y experiencia que lo declare*” (Chaves, 1537, p. 15).

Segundo Sandman (2004), a criação dos manuais de navegação foi reflexo do conflito entre pilotos e cosmógrafos. Os dados produzidos pelos pilotos ligados à navegação tradicional de cabotagem - feita sem perder a costa de vista -, não permitiam, devido a distorção provocada pela esfericidade da terra, que os cartógrafos representassem com precisão a localização dos espaços no papel. Atividade essencial para determinar as linhas de divisão estabelecidas nas bulas e tratados assinados pelas Coroas ibéricas durante a expansão. Dessa maneira, os cosmógrafos buscavam por meio dos manuais, orientar os pilotos a adotarem a navegação astronômica ptolomaica - como Alonso descreve na passagem acima, com a intenção de solucionar a representação precisa dos territórios.

Entre bulas e tratados: a demarcação do Tratado de Tordesilhas

Diante das navegações ultramarinas mencionadas e as transformações decorrentes dessas navegações, instrumentos foram criados para estabelecer domínio e legitimação sobre

as terras descobertas. Dentre eles, destacam-se dois: as bulas e os tratados. As bulas, documentos emitidos pela autoridade papal, conferiram respaldo religioso e jurídico às pretensões territoriais, enquanto os tratados buscaram definir, por meio de acordos bilaterais, os limites das esferas de influência portuguesa e espanhola (Herzog, 2015, p. 25-26). Neste contexto, Vallejo (2017, p. 48) ao discutir “la parcelación del Atlántico en la época moderna y su sujeción a diversas jurisdicciones” aponta a *Bula Romanus Pontifex* de 8 de janeiro de 1455 como ponto de inflexão na definição das fronteiras ultramarinas. Assinada pelo papa Nicolau V, a bula estabeleceu o monopólio português sobre todas as ilhas, terras e portos conquistados da região que se estendia desde o Cabo Bojador e *Nam* até à Índia.

A atribuição de uma parte do Atlântico em benefício de Portugal foi acordada por Castela no Tratado de Alcáçovas-Toledo (1479), no qual Portugal renunciou às suas pretensões sobre as Canárias, enquanto Castela cedeu à Coroa lusitana a navegação e o comércio na costa africana. No entanto, a chegada de Colombo ao Caribe em 1492 reacendeu as disputas sobre as jurisdições marítimas, levando os Reis Católicos - Isabel I de Castela e Fernando II de Aragão - a reivindicarem o respaldo papal sobre as novas terras. A resposta veio com as Bulas Alexandrinas de 1493, que estabeleceram que:

Todas las islas y tierras firmes, descubiertas y por descubrir, halladas y por hallar hacia el occidente y mediodía, haciendo y constituyendo una línea desde el polo ártico, es decir el septentrión, hasta el polo antártico, o sea el mediodía, que estén tanto en tierra firme como en islas descubiertas y por descubrir hacia la India o hacia otra cualquier parte, la cual línea diste de cualquiera de las islas que se llaman vulgarmente de los Azores y Cabo Verde cien leguas hacia occidente y el mediodía; de tal forma, que todas las islas y tierras firmes descubiertas y por descubrir, halladas y por hallar desde la citada línea hacia occidente y mediodía, que por otro rey o príncipe cristiano no estuviesen actualmente poseídas (Remesal, 1994, p. 135)

O descontentamento do rei D. João II de Portugal com a delimitação levou a novas negociações entre as Coroas ibéricas:

Estando los Reyes en Tordesillas, les vinieron embajadores de parte del rey de Portugal (...) para concluir cierta diferencia que los Reyes Católicos y el rey don Juan de Portugal tenían sobre lo que estaba por descubrir en el mar Oçeano (Santa Cruz, 1951, p.108)

Discutidos os pressupostos de ambas partes, firmou-se o Tratado de Tordesilhas em 7 de Junho de 1494. Dentre os oito pontos do acordo, destacou-se a redefinição da demarcação:

(...) suas altezas praz, e os ditos seus procuradores em seu nome e per virtude dos ditos seus poderes outorgaram e consentiram que se faça e assine polo dito mar oceano uma raia ou linha direita de pólo a pólo, a saber do pólo ártico ao pólo antártico, que é de norte a sul. A qual raia ou linha se haja de dar e dê direita, como dito é, a trezentas e setenta léguas das ilhas do Cabo Verde pera a parte do ponente,

por graus ou por outra maneira como melhor e mais prestes se possa dar de maneira que não sejam mais (Portugal, 1494).

Dessa forma, a linha foi deslocada para 370 léguas a oeste de Cabo Verde, concedendo a Castela as terras localizadas a oeste e sul da demarcação, enquanto Portugal mantinha a posse das terras a leste. Esse acordo ampliou em 270 léguas a jurisdição portuguesa em relação ao estabelecido pela bula do ano anterior. Contudo, longe de solucionar definitivamente as disputas, o Tratado gerou novas controvérsias. Sobretudo, quanto à definição do antimeridiano - linha geográfica oposta ao meridiano estabelecido pelo Tratado de Tordesilhas - questão central na disputa sobre o domínio das ilhas Molucas.

Diante desse impasse, Portugal e Espanha recorreram a negociações amparadas pelo uso da ciência. Com o objetivo de solucionar a demarcação do antimeridiano, em 1524, três pilotos - Tomás Duran, Sebastián Caboto e Juan Vespúcio - se reuniram na Junta de Badajoz. No documento assinado pelos pilotos, o primeiro ponto discutido foi a necessidade de *“graduar las léguas e darle menos léguas que pudésemos al grado del cielo”*, pois, ao reduzir a medida das léguas, haveria menor impacto sobre toda a extensão territorial, o que *“mucho cumple al servicio de sus majestades”*. Entretanto, como já enunciado em pareceres anteriores, a demarcação deveria seguir a prática comum entre os marinheiros de Portugal e Castela, segundo a qual *“dan a cada grado del cielo diez y siete léguas y media, y al primer rumbo después del norte dan diez y ocho y media, y al nonordeste dan venti”*. Para a demarcação, foram consideradas duas formas. A primeira baseava-se em *“las conjeturas y experiencias tomadas de las navegaciones muchas veces retiradas por experimentados pilotos [...] los que en cosmografía escribieron”*, ou seja, nas observações empíricas e nos conhecimentos registrados por cosmógrafos. A segunda, seria a medição da longitude de oriente a ocidente, embora esta fosse considerada de grande dificuldade, como destacado no parecer *“es difícil, como estos señores saben, y todos han dicho, poniendo muchos modos que les han parecido y trazándolos”* (AGI, PATRONATO,48,R.14).

O problema que os pilotos tentaram resolver com o parecer foi apenas um dentre outros diversos desafios derivados do Tratado de Tordesilhas. Entre as questões principais estavam: as dificuldades de determinação da longitude, como enunciado pelos pilotos; a conversão das léguas em graus de longitude; a definição sobre a partir de qual ilha deveria ser feita a contagem das 370 léguas, informação omitida no Tratado; e com a atenção voltada para a América, em 1530, qual das Coroas detinha a jurisdição sobre o Rio da Prata. É diante desse contexto que o domínio territorial das Coroas foi amparado pela prática dos cosmógrafos, cuja

função era representar constantemente nos mapas a localização das demarcações com precisão.

Meridianus partitionis inter castellanos & portogallēses

A cartografia foi central na legitimação dos domínios ultramarinos das Coroas ibéricas. Como destaca Maurício Olarte (2013, p. 195):

Las cartas fueron dispositivos útiles para la definición de límites y posesiones y resultaron esenciales en los tratados diplomáticos, siendo el más apremiante debate geográfico y político de su tiempo la definición de la línea divisoria entre las posesiones de Portugal y las de España.

Dessa maneira, diversos mapas foram produzidos no período para representar a linha de demarcação do Tratado de Tordesilhas. Neste trabalho foram analisados 137 mapas produzidos entre 1494 e 1580. Foram considerados tanto os que representaram a linha de diferentes formas, quanto os que a omitiram.

Mapas com a linha

A primeira categoria de análise abrange os mapas que apresentam o desenho de uma linha como meridiano de partilha, totalizando 17 mapas. Desses, nove foram produzidos a serviço da Espanha (Figura 3) e sete a serviço de Portugal (Figura 4).



Figura 3. Mapas que apresentam o meridiano de partilha, produzidos a serviço de Castela: (A) Mapa de Juan de La Cosa; (B) Planisfério de Jorge Reinel (c. 1519); (C) Planisfério Salviati de Nuño García de Toreno (c. 1525); (D) Carta da América de Alonso de Chaves (c. 1533); (E) Mapa de Alonso de Santa Cruz (1540), presente no Atlas Islario de todas las islas del mundo; (F) Mapa de Pedro Medina (1550), incluído na obra Suma de Cosmographia; (G) Mapa do Mundo de Sancho Gutiérrez (1551); (H) Mapa de Juan Lopez de Velasco (1575); (I) Segundo mapa de Juan Lopez de Velasco (1575). **Acervos:** Museo Naval de Madrid (A); Biblioteca Nacional Francesa (B); Biblioteca Medicea Laurenziana (C); Herzog August Bibliothek de Wolfenbüttel (D); Biblioteca Nacional da Espanha (E); Biblioteca Nacional da Espanha (F); Österreichische Nationalbibliothek (G); John Carter Brown Library (H e I).



Figura 4. Mapas que apresentam o meridiano de partilha, produzidos a serviço de Portugal: (A) Mapa de Cantino (1502); (B) Mapa portulano de Pero Fernandes (1545); (C) Planisfério de Lopo Homem (1554); (D) Mapa de Andreas Homem (1559); (E) Primeiro mapa de Bartolomeu Velho (1561); (F) Segundo mapa de Bartolomeu Velho (1561); (G) Planisfério de Domingos Teixeira (1573). **Acervos:** Biblioteca Estense (A); Österreichische Nationalbibliothek (B); Museo Galileo (C); Biblioteca Nacional da França (D); Museo Galileo (E e F); Biblioteca Nacional da França (G).

Fora da península ibérica, foi encontrado apenas um mapa que representa uma linha como meridiano de partilha: produzido pelo cartógrafo flamengo Gerard Mercator, em 1569 (Figura 5 A). Impresso em dezoito folhas, destaca-se, para este trabalho, a representação correspondente à América meridional (Figura 5 B e C).

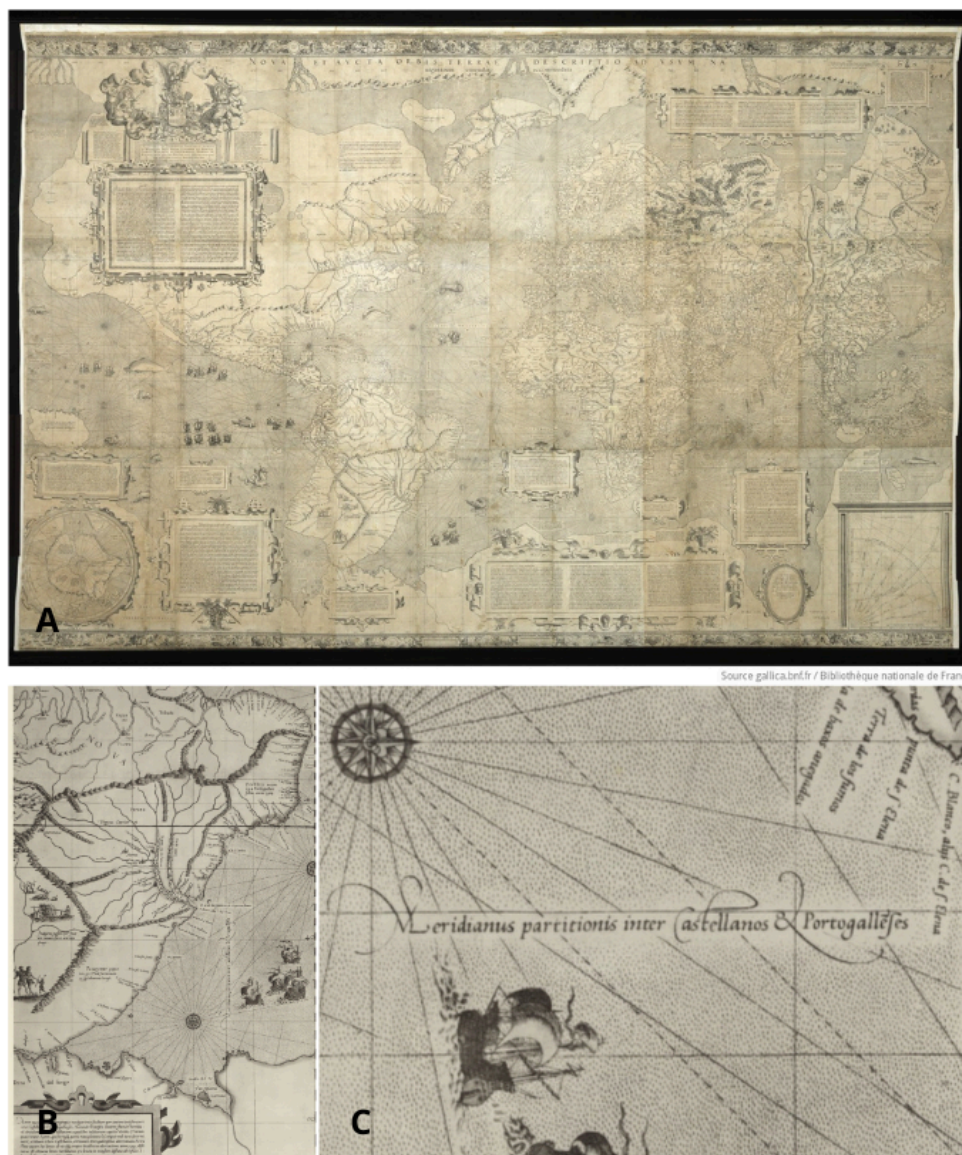


Figura 5. (A) Planisfério de Gerard Mercator impresso em dezoito folhas (1569); (B) Destaque da folha do planisfério que representa a América meridional; (C) Detalhe escrito na lateral esquerda do meridiano de partilha “*Meridianus partitionis inter Castellanos & Portugallenses*”. Acervo: Biblioteca Nacional da França (A); Biblioteca Nacional da Austrália (B e C).

Intitulado “Nova e mais completa representação do globo terrestre devidamente adaptada para uso em navegação”, o título do mapa de Mercator reflete a ênfase, comum à época, da divulgação das novidades das descobertas marítimas (Doré, 2023, p. 86). Embora o cartógrafo tenha indicado que sua projeção cartográfica se destinava à navegação, o planisfério inclui diversos elementos pouco relevantes para essa finalidade: como “textos em latim, em vez de uma linguagem vernácula, que contêm relatos sobre o rio Nilo e o mítico rei cristão, Preste João” (Van Duzer, 2023, p. 59).

Além da inscrição no meridiano que marca a divisão territorial, destaca-se o cartucho na parte inferior do mapa:

Em 1493, quando os Espanhóis e os Portugueses estavam em ardente competição em longas viagens marítimas, o Papa Alexandre fixou, como limite para determinar os direitos de navegação e de conquista das duas partes, o círculo meridiano distante por 100 léguas de qualquer uma das ilhas de Cabo Verde ou das conhecidas como Açores, atribuindo o lado ocidental aos espanhóis e o lado oriental aos portugueses. As duas partes rejeitaram esse limite por causa de alterações que surgiram em 1524, o meridiano situado a 370 léguas a oeste da ilha de San Antonio, o mais ocidental dos Gorgades, foi tomado como limite comum.¹⁴

Com base na metodologia de análise proposta por J. B. Harley (2005), que enfatiza a importância dos contextos na análise cartográfica, o cartucho nos fornece importantes informações sobre a relevância do Tratado e das disputas jurídicas entre as Coroas Ibéricas. Segundo Chet Van Duzer (2023, p. 1), por meio da decoração e do simbolismo presentes nos cartuchos, “o cartógrafo com frequência revela seus interesses e crenças de uma forma que não ocorre em outras partes do mapa”. Assim, ao mencionar a bula *Inter coetera* de 1493 e as disputas descritas na passagem de *Badajoz*, não apenas descreve as disputas territoriais, mas as torna visíveis, integrando aspectos jurídicos diretamente no mapa. A inclusão não é apenas uma narrativa da história, ela demonstra o papel central que a representação das fronteiras teve no contexto político da época.

Em um outro cartucho, Mercato descreve os objetivos de seu mapa. Foi um deles “representar as posições e as dimensões das terras, bem como as distâncias dos lugares, tão em conformidade com a verdade quanto possível” (Wedermeyer, 1931, p. 13) e para isso deu:

O maior cuidado, primeiro comparando as cartas dos castelhanos e dos portugueses entre si, depois comparando-as com o maior número de registros de viagens impressas e manuscritas. É a partir de uma conciliação equitativa de todos esses documentos que as dimensões e situações da terra são dadas aqui da forma mais exata possível, levando em consideração todas as observações feitas até agora que chegaram às nossas mãos (Wedermeyer, 1931, p. 13).

Embora Mercator tenha registrado o uso de dados provenientes de ambas as Coroas ibéricas, escolheu a Ilha de Santo Antão como referência para a contagem das 370 léguas estabelecidas pelo Tratado de Tordesilhas. Essa escolha resultou na inclusão de importantes rios da época, como o da Prata e o Amazonas, dentro do domínio espanhol. Tal

¹⁴ No original: *Anno 1493 cum iam longinquae navigationis studium per contentionem ferveret inter Castellanos et Portugallenses, Alexander Pontifex litem statuit meridianum circulum 100 leucis distantem a qualibet insularum capitis Viridis et earum quas vocant Acores, qui utriusque partis navigationes et conquirendi jura determinaret, occiduum orbem Castellanis, orientalem Portugallensibus determinans. Retractato autem hoc limite ab utrisque propter incidentes altercationes anno 1524, constitutus est communis limes meridianus 370 leucis in occasum distans ab insula Sancti Antonii Gorgadum occidentalissima.*

decisão evidencia sua posição diante das disputas territoriais do período, sobretudo considerando que o Tratado, como mencionado, não especifica um ponto de partida para a contagem das 370 léguas. O contexto do cartógrafo contribui para compreender essa escolha.

A relação de Mercator com seu meio social e político foi marcada por instabilidades. Em 1544, foi preso em Rupelmonde sob a acusação de heresia devido às suas conexões com reformistas religiosos, sendo libertado sete meses depois por falta de provas (Monmonier, 2010, p. 31). Essa experiência pode ter influenciado sua decisão de se estabelecer, a partir de 1552, em Duisburgo, no Ducado de Jülich-Cleves-Berg. Esse território, embora mantivesse certa autonomia, desde a união entre Maria de Borgonha e Maximiliano da Áustria, em 1477, integrava os domínios da Casa de Habsburgo e, sob Carlos V, tornou-se parte do Sacro Império Romano-Germânico. Com a sucessão de Felipe II em 1556, a parte ocidental do império dos Habsburgos, incluindo a Espanha, os Países Baixos¹⁵ e parte da Itália, passou ao seu domínio (Araújo, 2017, p. 4-5).

Foi nesse contexto que Mercator recebeu, em 1564, o título de cosmógrafo concedido por William de Jülich-Cleves-Berg (1516-1592), governante do território onde residia e a quem dedicou seu mapa de 1569 (Monmonier, 2010, p. 37). Embora esse ducado possuísse relativa autonomia, ele permanecia, como mencionado, sob a influência dos Habsburgos e, conseqüentemente, vinculado à monarquia espanhola. Assim, sua produção cartográfica não se limita à representação geográfica, mas reflete as estruturas de poder às quais estava subordinado. Essa relação contribui para compreender a proximidade de seu mapa com os modelos espanhóis e a ênfase em divisões territoriais alinhadas aos interesses da monarquia castelhana.

Com base nesse mapa, proponho uma análise comparativa com os demais selecionados nessa categoria. Como apontado por Harley:

Ningún mapa está herméticamente cerrado en sí mismo, ni puede responder a todas las preguntas que despierta. Tarde o temprano la interpretación de los mapas anteriores se convierte en un ejercicio de cartografía comparativa. (Harley, 2005, p. 69)

Dessa forma, é possível destacar algumas características em comum entre os mapas analisados. A projeção da demarcação territorial esteve intrinsecamente ligada ao contexto geopolítico das Coroas a quem os cartógrafos serviam, bem como ao cenário da expansão ultramarina do período. Nos mapas produzidos sob encomenda da Espanha, rios

¹⁵ A designação “Países-Baixos” no século XVI não corresponde ao conceito contemporâneo desse território. À época, a região abrangia os atuais territórios da Holanda, Bélgica e Luxemburgo.

como o da Prata, o Amazonas e o Maranhão foram representados como parte de seus domínios, enquanto aqueles elaborados para a Coroa portuguesa inseriram esses territórios em sua própria esfera de influência. Além disso, a representação do antimeridiano também esteve associada a essa disputa, como destacado pelo cartucho de Mercator.

Mapas com brasões e bandeiras

A segunda categoria de análise abrange mapas que não apresentam a linha divisória, mas possuem emblemas heráldicos das Coroas distribuídas pelos territórios, indicando o domínio sobre aquele espaço. No total, essa categoria compreende 52 mapas¹⁶. Os dados quantitativos a partir de qual Coroa eles estavam a serviço podem ser observados na Tabela 1.

Mapas com bandeiras e brasões por procedência de produção	
Portugal	40
Espanha	6
França	1
Itália	1

¹⁶ **Dos mapas produzidos a serviço da Espanha:** 4 mapas (1525, 1527, 1529, 1530) – produzidos por Diogo Ribeiro. Acervos: Biblioteca Universitária Estense, Biblioteca Der Herzonin Anna Amalia, Biblioteca Estadual da Baviera; 1 mapa (1526) – produzido por Juan Giovanni Vespucci. Acervo: The Hispanic Society of America; 1 mapa (1542) – produzido por Alonso de Santa Cruz. Acervo: Library of Congress.

Dos mapas produzidos a serviço de Portugal: 1 mapa (c. 1506) – produzido por Nicolay de Caveri. Acervo: Biblioteca Nacional Francesa; 2 mapas (1519) – produzidos por Lopo Homem (Atlas Miller). Acervo: Biblioteca Nacional Francesa; 1 mapa (1534) – produzido por Gaspar Viegas. Acervo: Biblioteca Nacional da França; 4 mapas (1537) – produzidos por Gaspar Viegas. Acervos: Biblioteca Nacional da França, Biblioteca Riccardiana, PMC; 1 mapa (1535) – produzido por Pedro Reinel. Acervo: National Maritime Museum, Greenwich; 1 mapa (1540) – produzido por Jorge Reinel. Acervo: Biblioteca da Universidade de Minnesota; 1 mapa (1550) – produzido por Jorge Reinel. Acervo: Biblioteca Nacional Francesa; 1 mapa (c. 1545) – produzido por Antônio Pereira. Acervo: John Carter Brown Library; 4 mapas (1558) – produzidos por Diogo Homem. Acervos: PMC, Biblioteca Nacional Francesa, Biblioteca Nacional Austríaca; 3 mapas (1561) – produzidos por Diogo Homem (Atlas). Acervo: Biblioteca Central e Estadual de Berlim; 3 mapas (1565) – produzidos por Diogo Homem. Acervo: PMC; 5 mapas (1568) – produzidos por Diogo Homem. Acervo: PMC; 1 mapa (1558) – produzido por Sebastião Lopes. Acervo: British Library; 2 mapas (1565) – produzidos por Sebastião Lopes. Acervos: Newberry Library, PMC; 1 mapa (1570) – produzido por Sebastião Lopes. Acervo: PMC; 2 mapas (1563) – produzidos por Lázaro Luis (Atlas). Acervo: Biblioteca Nacional de Portugal; 1 mapa (1570) – produzido por Domingos Teixeira. Acervo: Bodleian Library; 2 mapas (1550) – produzidos por cartógrafo anônimo. Acervos: Biblioteca Vallicelliana, Bodleian Library; 4 mapas (1576) – produzidos por Fernão Vaz Dourado (Atlas). Acervo: Biblioteca Nacional de Portugal.

Do mapa produzido a serviço da França: 1 mapa (1544) – produzido por Sebastian Caboto. Acervo: Biblioteca Nacional da França.

Do mapa produzido a serviço da Itália: 1 mapa (1529) – produzido por Giovanni de Verrazzano. Acervo: Museu do Vaticano.

Dos mapas de origem desconhecida: 4 mapas (1560) – produzidos por cartógrafo anônimo, presentes no livro Tratado da Agulha de Marear. Acervo: Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

s/ a informação da origem	4
---------------------------	---

Tabela 1. Quantidade de mapas com bandeiras e brasões por procedência de produção.

Com base no mesmo referencial de metodologia de análise comparativa dos mapas proposto por Harley (2005), esses mapas seguem dois esquemas principais. O primeiro, corresponde a mapas que inserem os brasões e bandeiras das Coroas *dentro* do desenho dos territórios (Figura 6). O segundo, refere-se a mapas que posicionam duas bandeiras hasteadas como limite das posses, sem, no entanto, que a linha divisória fosse desenhada de polo a polo.

O mapa produzido pelo cartógrafo Diogo Ribeiro, em 1529, é um exemplo desse segundo esquema (Figura 7). A importância do Tratado é percebida em seu título, na parte superior do mapa inscrito “Carta Universal em que se contém tudo o que do mundo se descobriu até agora: feita por Diego Ribero, cosmógrafo de Sua Majestade, no ano de 1529, em Sevilha” e na parte inferior “A qual se divide em duas partes, conforme a capitulação que fizeram os Reis Católicos da Espanha e o Rei Dom João de Portugal em Tordesilhas, no ano de 1494”¹⁷. Acima dessa última inscrição, no centro inferior do mapa, encontram-se as bandeiras de Espanha e Portugal.

O espaço destinado ao texto, ressalta o poder simbólico da divisão territorial, ainda que ela não tenha sido representada de forma explícita com a linha divisória de polo a polo. Isso indica que as disputas territoriais não estavam apenas relacionadas a questões técnicas de delimitação, mas também afirmações políticas, com profundas implicações para as relações de poder e controle sobre o Novo Mundo. Assim, a construção da territorialidade do espaço foi também campo de disputa simbólica, se estendendo às disputas por narrativas nas representações cartográficas. Como na categoria anterior, nota-se a importância de caminhos fluviais, com brasões colocados estrategicamente sob o rio da Prata, o rio Amazonas e o rio Maranhão.

¹⁷ No original: *Carta Universal en que Se contiene todo lo que del mundo Se ha descubierto fasta agora: hizola Diego Ribero cosmographo de Su magestad: Año de 1529. ã Sevilla. La qual Se divide en dos partes conforme A la capitulacion que hizieron los catholicos Reyes de españa, y elrey don Juan de portogual En Tordesillas: Año de 1494.*



Figura 6. Carta Náutica de Jorge Reinel (1550) (A); Mapa de Diogo Homem (1561) (B); Mapa de Lázaro Luís, (1563) (C); Mapa de Fernão Vaz Dourado (1576) (D). Acervo: Biblioteca Nacional Francesa (A). Biblioteca Nacional Austríaca (B). Biblioteca Nacional de Portugal (C e D).



Figura 7. “Carta Universal en que se contiene todo lo que del mundo se ha descubierto hasta ahora” de Diogo Ribeiro. Acervo: Biblioteca Herzogin Anna Amalia, Alemanha.

Dessa categoria mais um ponto se destaca, a prevalência de estilo de representação utilizado por cada Coroa. Os mapas produzidos a serviço de Portugal e França atendem ao primeiro esquema - brasões e bandeiras das Coroas dentro do desenho dos territórios. Enquanto os mapas produzidos a serviço de Castela e Itália, o segundo esquema - bandeiras hasteadas, como o mapa do Diogo Ribeira analisado. Esse dado dá pistas sobre o processo de produção cartográfica de cada Coroa, a partir da institucionalização dessa prática. O desenvolvimento da cartografia organizada institucionalmente permitiu que diferentes cartógrafos representassem os territórios de diferentes maneiras, mas seguindo esquemas de representação comuns. Assim, embora as representações possam variar de acordo com o estilo de cada cartógrafo, estão intimamente ligadas à forma como cada Coroa desejava projetar seu poder territorial.

Além disso, dentro da análise dos mapas cartográficos relativos ao recorte temporal e espacial estabelecido, foram encontrados 68 mapas sem marcação. Entende-se como mapas sem marcação, aqueles que não representaram linhas de divisão explícitas e/ou elementos heráldicos que remetem a posse territorial por parte de alguma Coroa, como nas análises anteriores. Entretanto, há topônimos e iconografias que nos levariam a uma interpretação implícita do espaço sob esfera de influência de alguma das Coroas ibéricas. Interpretação que não coube a essa pesquisa, mas que é relevante ser destacada e pode ser desenvolvida em análises futuras.

Difícil seria a busca pelo entendimento das motivações que levaram à construção de cada um desses mapas. O que pode ser afirmado é que ao não apresentarem linhas divisórias explícitas ou elementos heráldicos, permitem perceber a cartografia como um processo dinâmico e os mapas como produtos culturais. No qual, a construção de limites e esferas de influência não necessariamente eram elementos centrais. Esses mapas também mostram um momento de diversas transformações no campo da ciência e sua pluralidade de representações é paradigmática de um momento em que as interpretações do mundo não estavam rigidamente definidas.

Considerações finais

O pensamento intelectual da Primeira Modernidade foi moldado pela confluência de diversas tradições, em um contexto de intensas transformações. O expansionismo marítimo e as novas descobertas romperam os limites simbólicos das colunas de Hércules, desafiando o conhecimento herdado da Antiguidade. Nesse cenário, a recuperação e releitura das obras

gregas e romanas permitiram a reorganização do saber sobre o mundo habitado, fornecendo novas bases para a cartografia e para a compreensão do espaço ultramarino. No campo das disputas jurídicas, os mapas desempenharam papel central na representação de fronteiras políticas, interligando aspectos científicos - com os instrumentos de mapear e navegar - e aspectos imagéticos. O Tratado de Tordesilhas (1494) esteve inserido nessa complexa dinâmica, e a análise de sua representação permitiu compreender como o espaço foi concebido pelos sujeitos da época.

A análise dos 137 mapas selecionados permitiu identificar duas principais categorias de representação, cada uma refletindo diferentes estratégias cartográficas de demarcação territorial. A primeira categoria compreende 17 mapas que desenharam uma linha como meridiano de divisão. Desses, nove foram produzidos a serviço de Castela e seis de Portugal, evidenciando que a linha do Tratado não era um limite estático, mas sim um elemento de negociação e reafirmação de poder. Fora da península ibérica, destacou-se o mapa de Gerard Mercator (1569), que representou explicitamente o meridiano de partilha e por meio do cartucho inseriu referências à bula *Inter Caetera* e à *Junta de Badajoz*, reforçando a dimensão jurídica que o cartógrafo buscava evidenciar.

Os 52 mapas da segunda categoria, refletem outra estratégia de legitimação do domínio europeu sobre o Novo Mundo. Ao invés de uma linha formalmente traçada, esses mapas faziam uso de símbolos heráldicos para consolidar a autoridade sobre determinados territórios. Dentro dessa categoria, foram identificados dois esquemas de representação: o primeiro, característico dos mapas produzidos a serviço de Portugal e França, inseriu bandeiras e brasões no interior do desenho dos territórios; o segundo, observado nos mapas produzidos a serviço de Itália e Espanha, posicionou bandeiras na parte inferior dos mapas, representando a divisão do território sem que a linha polo-a-polo fosse desenhada. O mapa de Diogo Ribeiro (1529) exemplifica esse segundo esquema.

Por fim, destacou-se que foram encontrados 68 mapas que não apresentaram uma divisão explícita decorrente do Tratado de Tordesilhas. A ausência de uma linha divisória nos mapas indica que nem sempre era central a representação dos limites de posses. Assim, reflete os diferentes usos da cartografia, alinhado às necessidades políticas e diplomáticas do contexto de produção de cada mapa.

Conclui-se que, assim como “os rios são o caminho pelo qual se iniciam as explorações e os mapas” (Bonato, 2018, p. 326), a divisão territorial no plano cartográfico, no contexto analisado, também se estruturou a partir desses caminhos. Nos mapas analisados, o traçado de fronteira garantiu à Coroa que os encomendou, rios que seriam estratégicos para o

acesso e controle dos territórios. Essa escolha não era aleatória, pois os caminhos fluviais funcionavam como vias de penetração no interior do continente, facilitando a circulação de pessoas, mercadorias e informações.

Como destaca Tamar Herzog (2015), as fronteiras no mundo colonial não eram fixas nem incontestáveis, mas sim resultado de constantes negociações entre diferentes agentes. Assim, a posse e jurisdição sobre os territórios não eram definidas apenas por tratados e bulas papais, mas também pelas práticas cotidianas desses agentes. Mais do que simples representações, os mapas analisados neste trabalho revelam as disputas, ambiguidades e estratégias de poder que moldaram a territorialidade ibérica no Novo Mundo, disputas essas que estavam inseridas em um espaço intelectual de jurisdição construído na península.

Referências

ALENCASTRO, L. F. **A Economia Política dos Descobrimentos Portugueses**. In Aduato Novaes (org.), *A Descoberta do Homem e do Mundo*, Companhia das Letras, São Paulo, 1998.

ALMEIDA, A. A. M. **Ler o mundo e imaginar o possível: conhecimento e representação do mundo no tempo de Tordesilhas**. *Revista USP*, São Paulo, n. 45, p. 6–15, 2000. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/30104>. Acesso em: 5 fev. 2025.

ANGEL, M. S. **Aportes de Brian Harley a la nueva historia de la cartografía y escenario actual del campo en Colombia, América Latina y el mundo**. *Historia Crítica*, [s.l.], n. 39, p. 180-200, 2009. ISSN: 0121-1617. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=81112363011>. Acesso em: 25 fev. 2024.

ARAÚJO, A. M. et al. **A época moderna**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2024.

ARAÚJO, L.. **Os flamengos, os holandeses e a América – contribuições neerlandesas no Novo Mundo**. In: GARCIA, Graciela Bonassa (Org.). *Perspectivas históricas de uma mesma América*. Seropédica: Edur UFRRJ, 2010.

AGI. *Pareceres: Tomás Durán, Caboto, Vespucci: Maluco*. PATRONATO, 48, R.14. [S.l.]: [s.n.], [s.d.]. Disponível em: <https://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/122498?nm>. Acesso em: 25 fev 2025

BESSE, J. M. **Cartography and Visual Thought: Reflections on Graphic Schematisation**. In: _____. *Cartography and Visual Thought*. Strasbourg: Presses universitaires de Strasbourg, 2008.

BONATO, T. **La experiência de nuestros tempos que es madre de todas las cosas: a América, a geografia e os desafios da cartografia no início do período moderno**. *História Revista*, Goiânia, v. 23, n. 3, p. 4–25, 2019. DOI: 10.5216/hr.v23i3.55488. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/55488>. Acesso em: 2 mar. 2025.

_____. **Articulando escalas: cartografia e conhecimento geográfico da Bacia Platina (1515-1628)**. 2018. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

BORGES, J. L. **Sobre o rigor na ciência**. In: _____. História universal da infâmia. Lisboa: Assírio e Alvim, 1982.

BOXER, C. R. **O império marítimo português, 1415-1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CHAVES, A. **Quatri partitu en cosmographia pratica i por otro no[m]bre llamado Espeio de Navegantes: obra mui vtilissima i co[m]pendiosa en toda la arte de marear i mui necessaria i de grand provecho en todo el curso de la navegacio[n] principalmente de españa**. [Manuscrito]. [Ca. 1537]. [82], 67, [1] f. : il. ; 34 cm. Disponível em: <https://bibliotecadigital.rah.es/es/consulta/registro.do?id=29140>. Acesso em: 5 fev. 2025.

CORTESÃO, J. **História do Brasil nos velhos mapas**. Tomo 1 e 2. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, Instituto Rio Branco, 1965.

DORÉ, A. **Da veracidade à denúncia do falso nas descrições geográficas da Época Moderna**. Clio: Revista de Pesquisa Histórica, Recife, v. 41, n. 2, 2023.

EDNEY, M. H. **Teoria e História da Cartografia**. Espaço e Cultura, UERJ, Rio de Janeiro, n. 39, p. 209-220, jan./jun. 2016.

REDONDO, J. M. G. **Los libras que construyeron el Océano: las artes de marear en los siglos XVI y XVII**. In: PADRÓN REYES, Lilyan; PAJUELO MORENO, Vicente (eds.). Dominar los océanos. Ciencia y navegación en los siglos XVI-XVIII. Madri: Sílex, 2023.

GOMES, M. C. A. **Velhos mapas, novas leituras: revisitando a história da cartografia**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, n. 16, p. 67-79, 2004.

HARLEY, J. B. **La nueva naturaleza de los mapas**: ensayos sobre la historia de la cartografía. México: Fondo de Cultura Económica, 2005.

HERZOG, T. **Frontiers of Possession**: Spain and Portugal in Europe and the Americas. Cambridge: Harvard University Press, 2015.

KIMBLE, G. H. **A geografia na Idade Média**. Londrina: Eduel, 2013.

LOIS, C. **¿Desde la periferia? Enfoques y problemas de la agenda actual sobre la historia de la cartografía en América latina**. Revista Espaciotiempo, [s.l.], p. 14-29, 2012.

_____. **O mapa, os mapas**: propostas metodológicas para abordar a pluralidade e a instabilidade da imagem cartográfica. Espaço e Cultura, UERJ, Rio de Janeiro, n. 36, p. 35-60, jul./dez. 2014. DOI: 10.12957/espacoecultura.2014.22028.

MARTÍN-MERÁS, L. **Cartografía marítima hispana**. La imagen de América. Madrid: Lunwerg for Ministério de Obras Públicas, Transportes y Medio Ambiente, 1992.

MONMONIER, M. S. **Rhumb Lines and Map Wars**: A Social History of the Mercator Projection. Chicago: The University of Chicago Press, 2010.

MOTA, A. T. **Reflexos do Tratado de Tordesilhas na Cartografia Náutica do século XVI**. Separata da Revista da Universidade de Coimbra. Coimbra, vol. XXIII, 1973.

OLARTE, M. **Las máquinas del imperio y el reino de Dios**: reflexiones sobre ciencia, tecnología y religión en el mundo atlántico del século XVI. Bogotá: Ediciones Uniandes, 2013.

PADRÓN, R. **The spacious word**: cartography, literature, and empire in early modern Spain. Chicago: University of Chicago Press, 2004.

PORTUONDO, M. M. **Secret Science**: Spanish cosmography and the new world. Chicago: University of Chicago Press, 2009.

PORTUGAL. [Minuta original do Tratado de Tordesilhas]. [Manuscrito]. [S.l.: s.n.], 7 de jun. 1494. [8] f. Cota: BN MS. 5, n.º 25. Disponível em: https://purl.pt/162/1/brasil/obras/tratado_tordesilhas/ficha.html. Acesso em: 15 fev. 2025.

PTOLOMEU, C. **Geografia**. Tradução e apresentação de Germaine Aujac. In: AUJAC, Germaine. Claude Ptolomée, astronome, astrologue, géographe: connaissance et représentation du monde habité. Paris: Les Belles Lettres, 1998. p. 305-308.

REMESAL, A. **1494, La Raya de Tordesillas**. Salamanca: Junta de Castilla y León, 1994.

SANDMAN, A. **An Apologia for the Pilots' Charts**: Politics, Projections and Pilots' Reports in Early Modern Spain. *Imago Mundi*, vol. 56, pp. 7-22, 2004.

SANTA CRUZ, A. **Crónica de los Reyes Católicos**. Edição de Juan de Mata Carriazo. Sevilla: Publicaciones de la Escuela de Estudios Hispano-Americanos de Sevilla, 1951.

SÁNCHEZ MARTÍNEZ, A. **De la 'cartografía oficial' a la 'cartografía jurídica'**: la querrela de las Molucas reconsiderada, 1479-1529. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, [En línea], Debates, 2009. Puesto en línea el 08 de septiembre de 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/12345>. Acesso em: 10 out. 2024.

SÁNCHEZ MARTÍNEZ, A. **El imperio del mapa**. El padrón real y la producción cartográfica de la casa de la contratación. In: MORENO MARTÍN, José María; RAFFAELLI, Santiago (coords.). *Dueños del mar, señores del mundo*. [S.l.]: [s.n.], 2016. p. 44-59.

THOMAZ, L. F. **Expansão portuguesa e expansão europeia**: reflexões em torno da génese dos descobrimentos. In: _____. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994.

_____. **Os portugueses e a rota das especiarias**. In: _____. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994.

UMBERTO, E. **La Edad Media I: Bárbaros, Cristianos y Musulmanes**. México. FCE. 2016.

VALLEJO, S. M. **El océano Atlántico:** de marca o espacio fronterizo a “territorio” dividido y sujeto a distintas jurisdicciones. In: TRUCHUELO, S.; REITANO, E. (Eds.). *Las fronteras en el mundo atlántico (siglos XVI-XIX)*. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2017. p. 27-70. (Colección Hismundi). ISBN 978-950-34-1501-6.

VAN DUZER, C. **Frames that speak:** cartouches on early modern maps. Leiden: Brill, 2023.

VOGEL, K. A. **Cosmography.** In: PORTER, Roy; PARK, Katharine; DASTON, Lorraine (eds.). *The Cambridge History of Science, III, Early Modern Science*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

WEDERMEYER, A. **Text and translation of the legends of the Original Chart of the world by Gerhard Mercator, issued in 1569.** *The International Hydrographic Review*, [S.l.], 1931.